



INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC

ed.18 | DEZEMBRO
2022





INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

ed.18 | DEZEMBRO
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca da EDITORA INTEGRALIZE, (SC) Brasil

International Integralize Scientific. 18ª ed. Dezembro/2022. Florianópolis - SC

Periodicidade Mensal

Texto predominantemente em português, parcialmente em inglês e espanhol.

ISSN/2675-5203

1 - Ciências da Administração

2 - Ciências Biológicas

3 - Ciências da Saúde

4 - Ciências Exatas e da Terra

5 - Ciências Humanas/ Educação

6 - Ciências Sociais Aplicadas

8 – Ciências Jurídicas

7 - Linguística, Letras e Arte

9 – Tecnologia

10 – Ciências da Religião /Teologia

**Dados Internacionais de
Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Editora Integralize - SC – Brasil**

Revista Científica da EDITORA INTEGRALIZE- Ed.18, n.01,
Agosto/2022. Florianópolis-SC

PERIODICIDADE MENSAL

Texto predominantemente em Português,
parcialmente em inglês e espanhol.

ISSN/2675-5203

1. Ciências da Administração
2. Ciências Biológicas
3. Ciências da Saúde
4. Ciências Exatas e da Terra
5. Ciências Humanas / Educação
6. Ciências Sociais Aplicadas
7. Ciências Jurídicas
8. Linguística, Letras e Arte
9. Tecnologia
10. Ciências da Religião / Teologia

EXPEDIENTE

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC

ISSN/2675-5203

É uma publicação mensal, editada pela
EDITORIA NTEGRALIZE | Florianópolis - SC

Florianópolis-SC

Rodovia SC 401, Bairro Saco Grande, CEP 88032-005.

Contato: (48) 99175-3510

<https://www.integralize.online>

Diretor Geral

Luan Trindade

Diretor Financeiro

Bruno Garcia Gonçalves

Diretora Administrativa

Vanessa Sales

Diagramação

Balbino Júnior

Conselho Editorial

Marcos Ferreira

Editora-Chefe

Vanessa Sales

Editor

Dr. Diogo de Souza dos Santos

Bibliotecária

Rosangela da Silva Santos Soares

Revisores

Francisco Rogério Gomes da Silva

Rosangela da Silva Santos Soares

Permitida a reprodução de pequenas partes dos artigos, desde que citada a fonte.

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC
ISSN / 2675-5203

É uma publicação mensal editada pela
EDITORA INTEGRALIZE.

Florianópolis – SC
Rodovia SC 401, 4150, bairro Saco Grande, CEP 88032-005
Contato (48) 4042 1042
<https://www.integralize.online/acervodigital>

EDITORA-CHEFE

Dra. Vanessa Sales

Os conceitos emitidos nos artigos são de
responsabilidade exclusiva de seus Autores.



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

ed.18 | DEZEMBRO
2022

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

SOCIAL SCIENCES APPLIED

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC
ISSN/2675-520

SUMÁRIO – CIÊNCIAS SOCIAIS**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS.....08**

Autor: [Adam Benedito do Carmo de Sousa](#)

THE WORK OF THE SOCIAL WORKER IN THE NATIONAL PROGRAM FOR STUDENT ASSISTANCE: POSSIBILITIES AND CHALLENGES.

LA LABOR DEL TRABAJADOR SOCIAL EN EL PROGRAMA NACIONAL DE ASISTENCIA AL ESTUDIANTE: POSIBILIDADES Y DESAFÍOS.

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS.
THE WORK OF THE SOCIAL WORKER IN THE NATIONAL PROGRAM FOR STUDENT ASSISTANCE: POSSIBILITIES AND CHALLENGES.
LA LABOR DEL TRABAJADOR SOCIAL EN EL PROGRAMA NACIONAL DE ASISTENCIA AL ESTUDIANTE: POSIBILIDADES Y DESAFÍOS.

Adam Benedito do Carmo de Sousa

DE SOUSA, Adam Benedito do Carmo. **O trabalho do assistente social no Programa Nacional de Assistência Estudantil: possibilidades e desafios.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.18, p. 08 – 15, dezembro/2022. ISSN/2675 – 5203.

RESUMO

O presente estudo tem como **objetivo** analisar a prática profissional do Assistente Social no Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Trata-se de uma pesquisa **qualitativa** com um delineamento metodológico de cunho **bibliográfico**. Foi essencial discutir o papel atribuído à Educação na sociedade capitalista a fim de evidenciar que as expressões da questão social afetam o cotidiano de estudantes, docentes, técnicos e demais servidores das universidades, originando demandas que necessitam da intervenção de profissões como o Serviço Social. O caminho percorrido apontou para o relevante papel que a profissão assume em seu trabalho na educação superior, diante das variadas questões vivenciadas pela classe que vive do trabalho. A pesquisa apresenta como resultado as intervenções nesses espaços sócios ocupacionais, expondo os principais desafios dos acadêmicos para fins de recebimento de auxílio e seu caráter focalista.

Palavras-Chave: Assistente Social. Programa Nacional de Assistência Estudantil. Possibilidades e desafios.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the professional practice of the Social Worker in the National Student Assistance Program (Pnaes). This is qualitative research with a bibliographic methodological design. It was essential to discuss the role attributed to Education in capitalist society in order to show that the expressions of the social issue affect the daily lives of students, teachers, technicians and other university employees, giving rise to demands that require the intervention of professions such as Social Work. The path taken pointed to the relevant role that the profession assumes in its work in higher education, given the various issues experienced by the class that lives from work. The research presents as a result the interventions in these socio-occupational spaces, exposing the main challenges of academics for the purpose of receiving aid and their focalist character.

Keywords: Social Worker; National Student Assistance Program; Possibilities and Challenges.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar la práctica profesional del Trabajador Social en el Programa Nacional de Atención al Estudiante (Panés). Se trata de una investigación cualitativa con un diseño metodológico bibliográfico. Fue fundamental discutir el papel asignado a la Educación en la sociedad capitalista para mostrar que las expresiones de la cuestión social inciden en el cotidiano de estudiantes, profesores, técnicos y demás empleados universitarios, dando lugar a demandas que exigen la intervención de profesiones como el Trabajo Social. El camino recorrido apuntó al papel relevante que asume la profesión en su quehacer en la educación superior, frente a las diversas problemáticas que vive la clase que vive del trabajo. La investigación presenta como resultado las intervenciones en estos espacios sociolaborales, exponiendo los principales desafíos de los académicos para la recepción de ayudas y su carácter focalista.

Palabras clave: Trabajador Social. Programa Nacional de Atención al Estudiante. Posibilidades y desafíos.

INTRODUÇÃO

O presente estudo é resultado de um projeto de pesquisa intitulado: “O trabalho do Assistente Social no Programa Nacional de Assistência Estudantil: desafios e possibilidades” e foi elaborado com o seguinte **objetivo**: disseminar reflexões e informações a respeito do Pnaes a estudantes, Assistentes Sociais e profissionais de outras áreas do saber, descrevendo, de forma crítica, as principais atividades que permeiam o fazer profissional do assistente social nesse Programa.

A **metodologia** é do tipo exploratória, uma vez que, para Gil (2008, p. 41) esse tipo de pesquisa tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado”. A pesquisa é **qualitativa**, haja vista o modo de exploração do seu objeto com um delineamento metodológico de cunho **bibliográfico**

O presente artigo está dividido em 4 (quatro) tópicos, a saber: O Serviço Social e o Programa Nacional de Assistência Estudantil; O Serviço Social: A análise sobre o PNAES enquanto ferramenta necessária ao sistema capitalista; As Principais Atividades Desenvolvidas pelos Assistentes Sociais: possibilidades de intervenção; e os Desafios ao exercício profissional do Assistente Social no Pnaes.

O SERVIÇO SOCIAL E O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social do trabalho, tendo como atuação profissional o enfrentamento das refrações da questão social. As ações profissionais do Assistente Social se desenvolvem em vários espaços sócio ocupacionais, como na área da Educação Superior, especificamente, na assistência ao estudante. Tal atuação tem como objetivo, contribuir para que “a Política de Educação se efetive em consonância com os processos de fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social e de luta por uma educação pública, laica, gratuita, presencial e de qualidade [...]” (BRASIL, 2013, p. 8).

O direito social à educação, historicamente, sempre foi bandeira de luta dos movimentos estudantis a favor da efetivação de direitos na Constituição Federal (CF), de 5 de outubro de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e o Plano Nacional de Educação (PNE) lei n.º 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Na contramão desse movimento, o governo federal, apropriou-se de algumas pautas dos movimentos sociais, passando a incorporá-las como diretrizes do programa de apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). E, ainda, definindo as formas de ingresso nos processos de seleção das universidades por meio da adoção da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Nessa perspectiva, é importante situar as universidades no contexto neoliberal, uma vez que tais instituições sofrem com o processo de sucateamento, ao mesmo tempo que passam a consolidar um projeto de educação que atenda ao mercado.

A forma como foi conduzida a Política de Assistência ao Estudante nas Universidades e as transformações que ocorreram no interior de tais instituições, estavam relacionadas, diretamente, nas reformas do ensino superior, oriundas da uma tendência neoliberal, imbricados nas reformas educacionais do Brasil (ARAÚJO; BEZERRA, 2007).

Ainda, por intermédio do Reuni, foram estipuladas as formas de ingresso nas respectivas universidades por meio da nota do Enem e da implantação das cotas étnico-raciais (MARAFON; SANTOS, 2016). Logo, o Reuni e o sistema de Seleção unificada (Sisu), trouxeram alterações nas Universidade no que concerne ao perfil e no quantitativo de estudantes oriundos das camadas populares, gerando a necessidade de uma assistência aos alunos em vulnerabilidade social e econômica.

Com a aprovação do Pnaes, no de 2007 e sua posterior transformação na Portaria do MEC, a Assistência Estudantil, foi a condição de Decreto de n.º 7.234, de julho de 2010 sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil tem como objetivos:

- I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010, p. 1).

No contexto do recebimento de recurso federal por intermédio dos programas, a exemplo do Reuni para o atendimento das demandas do capital, tendo como consequência o aumento do acesso ao ensino de graduação, no entanto, com a contenção de gastos, somado ao discurso de garantia da democratização do ensino superior por meio da assistência ao estudante.

Dados do Censo da Educação Superior (2014, p. 05) apontaram que mais de 7,8 milhões de estudantes realizaram matrículas no ensino superior, significando um aumento de 95% de 2003 a 2014, quando as matrículas eram 3.936.933 em 2003. Já com relação a 2013 o crescimento foi de 7,1%, o maior índice desde 2008. Os ingressantes foram contabilizados em 3.110.848 distribuídos por todos os cursos de graduação no país, representando um aumento de 13,4% entre 2013 e 2014

Dados do Censo de Educação Superior do Inep, apontam um aumento na matrícula de nível superior de 35,5% entre 2010 e 2020, com uma média de crescimento anual do número de matrículas de 2,8% e, em relação a 2019, a variação positiva é de 0,9%.

Frente ao contexto supracitado, a partir da implementação do Pnaes, torna-se necessário refletir sobre o exercício profissional do Assistente Social tanto na política de educação como dentro da política de assistência dentro das instituições de ensino superior, com vista a vislumbrar novas possibilidades de ação dentro do programa e identificar limites estipulados pela conjuntura.

O SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE SOBRE O PNAES ENQUANTO FERRAMENTA NECESSÁRIA AO SISTEMA CAPITALISTA

O trabalho do Assistente Social na área da educação, pressupõe que esse profissional mantenha um vínculo com os princípios éticos estipulados no código de ética profissional, Resolução n.º 273, de 13 março de 1993 e na Lei de Regulamentação da Profissão, n.º 8.662, de 6 de junho de 1993. Tais documentos dão um norte a atuação dos Assistentes Sociais com

vista a realizar uma análise crítica da realidade no qual estão inseridos os usuários, uma vez que “O tempo presente desafia os assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social nos níveis nacional, regional e municipal, diante das estratégias das políticas públicas” (IAMAMOTO, 2007, p. 41).

O Pnaes se encaixa bem como ferramenta de reprodução de mão de obra necessária ao sistema produtivo, na medida em que prevê, no art. 5º, que “Serão atendidos no âmbito do Pnaes, prioritariamente, a estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio” (BRASIL, 2010, p. 1).

A concepção de assistência ao estudante voltada a um grupo específico, a exemplo de estudantes das camadas sociais mais pobres e/ou oriundos da rede pública é vista como uma verdadeira transformação da assistência estudantil em “política de combate à pobreza” no interior das universidades, pois, deve-se assistir a todos os estudantes, evitando-se reproduzir a lógica da Política de Assistência Social atual, que é a de “focalização” e “seletividade” do atendimento (PINTO, 2015).

O Estado visa garantir a permanência dos alunos que identifica como não tendo condições, diante de outros estudantes, de concluir a graduação. Com tal forma de restrição de acesso ao programa, o Estado acaba identificando suas falhas, uma vez que não investe na educação pública nas etapas anteriores e, com isso, demonstra não possuir políticas que propiciem aos trabalhadores a garantia de emprego. Por intermédio da distribuição de renda por meio de auxílios, este programa atende, diretamente, as necessidades do capital (LIMA; NASCIMENTO, 2019).

A inserção de assistentes sociais na Política de Educação, responde sobretudo às requisições sócio institucionais de ampliação das condições de acesso e de permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação, a partir da mediação de programas governamentais instituídos mediante as pressões de sujeitos políticos que atuam no âmbito da sociedade civil. Desse modo, se por um lado resulta da histórica pauta de luta dos movimentos sociais em defesa da universalização da educação pública, por outro se subordina à agenda e aos diagnósticos dos organismos multilaterais, fortemente sintonizados às exigências do capital, quanto à formação e qualificação da força de trabalho (CFESS, 2013, p. 38).

Ao contrário do que se anseia de um governo, em fomentar políticas que possam promover educação e emprego de qualidade, esse aprova reformas que flexibiliza, de forma intensa, as relações de trabalho, com vista a possibilitar que trabalhadores sejam demitidos sem direitos, que sejam explorados sob o medo do desemprego, que trabalhe e receba um salário irrisório por um trabalho intermitente, sujeitando a todos aos desmandos do capital e as necessitados de programas que não dão conta da complexidade da vida dos estudantes oriundos das camadas mais pobres.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NO PNAES

O Serviço Social tem como objetivo “[...] o alcance da formação do universitário superando as adversidades estruturais e individuais e na promoção de uma postura crítica frente à educação alienante promovida pelo capitalismo, atendendo aos princípios éticos [...]”

(BARBOSA, 2012, p. 25). Nesse contexto, o assistente social desenvolve suas ações profissionais tanto na sua operacionalização como na gestão da política de Assistência.

Diante do exposto, é possível identificar a operacionalização do Pnaes e as principais ações desenvolvidas pelo assistente social:

- a) Atendimento Social e escuta qualificada para identificação das demandas.
- b) Mapeamento da rede socioassistencial;
- c) Contatos institucionais: realizados pela equipe técnica junto à rede de apoio psicossocial dos municípios para tentar articular o atendimento do usuário na rede;
- d) Orientação e encaminhamento para os serviços de Proteção Social Básica e Especial,
- e) Elaboração de relatórios de execução da política;
- f) Estudo Social: conforme a autora Mioto (2009, p. 09), pode ser definido como o processo de conhecimento, análise e interpretação de uma determinada situação social. Sua finalidade imediata é a emissão de um parecer para que o usuário possa acessar as políticas públicas, e pode ser realizado por meio de: f. 1) Entrevista Social: supõem habilidade e técnica do assistente social para que viabilizem o ato de conhecer (MIOTO, 2009, p. 14). As entrevistas podem ser realizadas de forma individual ou de maneira coletiva. f. 2) Análise Documental: nesta etapa são juntadas várias informações que possam auxiliar na identificação da situação de vulnerabilidade socioeconômica. f. 3) Visita Domiciliar: de acordo com Mioto (2009, p. 14), “acontecem na residência dos sujeitos envolvidos, e visam conhecer as condições de vida e os aspectos do cotidiano desses sujeitos que geralmente escapam às entrevistas de gabinete”. f. 4) Emissão de Parecer Social: “O parecer deve expressar a opinião do profissional sobre a demanda que motivou o estudo social ou responder questões sobre a situação” (MIOTO, 2009, p. 14).
- g) Atividades Socioeducativas: “consistem em orientações reflexivas e socialização de informações realizadas por meio de abordagens individuais, grupais ou coletivas ao usuário, família e população de determinada área programática” (CFESS, 2010, p. 54).
- h) Seleção socioeconômica dos discentes para concessão de auxílios do PNAES. i) Acompanhamento dos casos;
- i) Acompanhamento dos casos; (LIMA; NASCIMENTO, 2019).

Por meio da pesquisa, pode-se inferir que as atividades apresentadas acima, representam ao assistente social muito importante na intervenção de direitos dos estudantes contemplados com os serviços e programas oriundos de recursos institucionais.

DESAFIOS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO PNAES

Diante do exposto, é possível identificar dois desafios colocados ao assistente social no exercício da sua profissão, como; a seleção socioeconômica dos alunos e o caráter focalista do Pnaes. A lei n.º 8.662, de 07 de junho de 1993 que regulamenta a profissão, estabelece ao Assistente Social a seguinte competência em seu art. 4.º, a realização de “estudos socioeconômicos com os/as usuários/as, para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades” (BRASIL, 1993, p. 45).

A seleção socioeconômica de discentes das universidades públicas com o objetivo de recebimento de auxílio tem se tornado uma atividade bastante tensionada, uma vez que selecionar pessoas extremamente vulneráveis é, e tem se tornado algo cada vez mais complexo.

A partir da seleção ou não dos estudantes para os programas, o Assistente Social é, muitas vezes, considerado o principal responsável pela permanência do estudante na universidade. Esta suposição precisa ser eliminada, haja vista que a permanência se constitui numa política a ser buscada constantemente em todos os âmbitos do contexto universitário, não mensurados neste estudo. São ações que exigem mudança de concepção e postura de todos os sujeitos da comunidade universitária sobre a educação superior, o acesso e a permanência como direito, sendo todos corresponsáveis para o sucesso desta, não exclusivamente dos programas assistenciais (MARAFON; SANTOS, 2016, p. 418).

O profissional deve estar ciente de que selecionar discentes que receberão auxílios é uma tarefa permeada por várias correlações de força, na qual estão inseridas o bojo do processo que mantém o *status quo*. Cada vez mais, torna-se angustiante lidar com recursos reduzidos na qual não atende as necessidades dos alunos contemplados.

Contrapondo ao governo federal que divulga em rede nacional de comunicação, cada vez mais investimentos em ações do Pnaes, no cotidiano das instituições de ensino, vivencia-se uma realidade não condizente com o discurso, haja vista que, as instituições superiores necessitam de muito mais recursos e, principalmente que tais ações possam ser ampliadas para aqueles que não foram caracterizados como vulneráveis socioeconomicamente, mas que estão investidos pelo direito de ter uma educação pública de qualidade.

Observa-se, claramente, o caráter focalista do Pnaes à medida que esse programa visa atender, de acordo com art. 5º “prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio” (BRASIL, 1993, p. 34). Situação esta que exclui, automaticamente, estudantes que possuem uma renda familiar *per capita* um pouco superior ao estabelecido no decreto, uma vez que, a educação deve ser compreendida como um direito social que se estende a todos.

Os auxílios ofertados são distribuídos por modalidades, as quais foram identificadas da seguinte forma: Moradia, Transporte, Alimentação, Aquisição de material pedagógico e Creche entre outros. Os valores de tais auxílios variam de acordo com a sua modalidade. É inegável que valor dos auxílios tenha um significado importante para os estudantes contemplados, mas se forem analisados diante dos custos de vida que um discente possui, uma vez que, receber apenas um auxílio, não corresponde aos objetivos do programa em garantir a permanência do estudante no ensino superior

O recurso da bolsa tem papel central no suprimento das variadas necessidades do cotidiano dos estudantes, daí a sua importância ao funcionar como complemento à renda familiar, auxiliando nas necessidades de permanência. Porém, para alguns estudantes, a bolsa torna-se o único rendimento garantido, a principal fonte de renda. Esta centralidade deve-se, supostamente, à falta de efetividade das demais políticas, que deveriam proporcionar a garantia de condições mínimas de sobrevivência aos cidadãos. (MARAFON; SANTOS, 2016, p. 415)

Torna-se imperativo frisar o valor irrisório dos auxílios, para que possamos refletir, de forma crítica, sobre a atual contexto político que envolve a educação em nosso país, principalmente depois da aprovação do projeto de Emenda Constitucional (EC) n.º 241, que congela os investimentos da educação e saúde por 20 anos, afetando diretamente, discentes que necessitam do Pnaes, haja vista, as suas condições de vulnerabilidade socioeconômica que, por

vezes, utilizam o auxílio não só para se manter estudando, mas contribui com as despesas de sua residência.

Diante desse contexto, necessita-se de mais investimentos no PNAES, para que o mesmo cumpra seu objetivo, perpassando também, pela ampliação de ações a nível universal, com vista a formar sujeitos sociais que possam intervir, de forma crítica, na sociedade em uma perspectiva ética e crítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido pela equipe do Pnaes é permeado por variados desafios que vão desde meios para divulgar a política dentro das instituições aos alunos, como também a outros profissionais e gestores possam reconhecer a relevância dessa política e, com isso, disseminar informações sobre o programa, potencializando maior alcance das ações, guarda de documentos que garanta o sigilo de informações, ter espaços físicos para atendimento social, capacitação permanente para equipe e a necessidade de mais profissionais para compor a equipe técnica.

Ainda, deve-se lutar para o cumprimento da lei n.º 12.317, de 26 de agosto de 2010, que versa sobre a duração de trabalho do Assistente Social, a qual deve ser de 30h semanais, mas que as universidades Federais estão sendo orientadas, juridicamente, a não cumpri-la, por motivo de uma interpretação arbitrária e parcial. Soma-se a isso, a falta de recursos para subsidiar as ações para um número maior de discentes em um âmbito universal.

Tais desafios não estão presentes somente no contexto da assistência, mas refletem, diretamente, a forma como a nossa sociedade capitalista investe nas políticas sociais, pois os investimentos em áreas como saúde e educação estão sendo reduzidos a cada ano com um único propósito, beneficiar as grandes empresas e o capital estrangeiro.

Destarte, devemos lutar para que a assistência estudantil se torne uma política pública, pois o reconhecimento do Pnaes como Política de Estado é essencial para a garantia da continuidade das ações, com vista a fortalecer a política dentro das universidades.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, F. S.; BEZERRA, J. C. B. Tendências da Política de Assistência ao Estudante no contexto da Reforma Universitária Brasileira. 2007. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br>. Acesso em: 10 de julho de 2022.
- BARBOSA, C. D. L. Assistência estudantil: compromisso do serviço social com o ensino superior. 2012. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Buscaetds.php?strSecao=resultado&nrSeq=20626@1>>. Acesso em 6 de julho de 2022.
- BRASIL. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18662.htm#:~:text=LEI%20No%208.662%2C%20DE,\(Mensagem%20de%20veto\).&text=O%20PRESIDENTE%20DA%20REP%3%A7%20Fa%3%A7o,as%20condi%3%A7%3%B5es%20estabelecidas%20nesta%20lei.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18662.htm#:~:text=LEI%20No%208.662%2C%20DE,(Mensagem%20de%20veto).&text=O%20PRESIDENTE%20DA%20REP%3%A7%20Fa%3%A7o,as%20condi%3%A7%3%B5es%20estabelecidas%20nesta%20lei.)>. Acesso em: 10 de jul. de 2022.
- CFESS. Resolução n.º 273 de 13 mar. de 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf. Acesso em: 8 de julho de 2022.
- BRASIL. Lei n.º 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 10 de julho de 2022.
- BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. <[Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 10 de julho de 2022.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.> Acesso em: de jul. 2022.
- BRASIL. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). [s.d]. Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/reuni-sp-93318841>. Acesso em: 10 de junho de 2022.
- BRASIL. Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm#:~:text=DECRETA%3A,na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20superior%20p%C3%BAblica%20federal.&text=IV%20%2D%20contribuir%20para%20a%20promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20inclus%C3%A3o%20social%20pela%20educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 10 de jul. de 2022.
- BRASIL. Lei n.º 12.317, de 26 de agosto de 2010. Acrescenta dispositivo à Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112317.htm>. Acesso em: 11 de julho de 2022.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. Brasília: CFESS, 2013. Disponível em: <http://cfess.org.br/arquivos/BROCHURASCRESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 8 de julho de 2022.
- IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 15.ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- GIL, A. C. Como classificar pesquisas? *In*: Como elaborar projetos de pesquisa. 4º Ed. São Paulo: Atlas, pp. 41-57, 2008.
- LIMA, A. V. S.; NASCIMENTO, L. S. Trabalho do/da assistente social no programa nacional de assistência estudantil – PNAES: possibilidades e desafios. *In*: XI Jornada Internacional de Políticas Públicas, ANAIS, 20-23 de agosto de 2019. São Luís - MA. Disponível em: file:///F:/ADAM%20CARMO/ADAM%20SOUSA/ADAM%20SOUSA/ARTIGOS%20A%20PUBLICAR/ARTIGOS%20EM%20CONSTRU%C3%87%C3%83O/O%20AS%20NAS%20UNIVERSIDADES/trabalho_submissaoId_1276_12765cc88d713a0c5.pdf. Acesso em: 10 de jul. de 2022.
- LIMA, A. V. S.; NASCIMENTO I.S. *in*: Jornadas Internacionais de Políticas Públicas, IX, São Luís, Anais. O trabalho do/da assistente social no programa nacional de assistência estudantil – PNAES: possibilidades e desafios. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1276_12765cc88d713a0c5.pdf>. Acesso em: 6 de julho de 2022.
- MOSCON M; SANTOS, C. P. A. Política de Assistência Estudantil na Universidade Pública Brasileira: desafios para o Serviço Social. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 15, n.º 2, pp. 408-422, ago./dez. 2016. disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/22232/15301>>. Acesso em: 10 de julho de 2022.



Publicação Mensal da INTEGRALIZE

Aceitam-se permutas com outros periódicos.

*Para obter exemplares da Revista impressa, entre em contato com a Editora Integralize pelo **(48) 99175-3510***

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC

Florianópolis-SC

Rodovia SC 401, Bairro Saco Grande,

CEP 88032-005.

Telefone: (48) 99175-3510

<https://www.integralize.onlin>